

# Emenda tem 345 assinaturas para mudar o sistema

BRASÍLIA — Com a assinatura de 345 constituintes, o Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou ontem emenda parlamentarista que acrescenta três pontos básicos ao projeto constitucional, aproximando o sistema da forma clássica. Apoiada pelo "Grupo dos 32" e pela maioria dos parlamentaristas, a emenda cria a possibilidade de o Presidente da República "demitir o Governo" — denominação que dá ao Conselho de Ministros —, transfere para o Conselho as atribuições do Primeiro-Ministro e permite que o Governo proponha ao Presidente a dissolução da Câmara e convoque eleições.

Analisada em reunião no gabinete do Senador José Richa (PMDB-PR), a proposta de Egidio recebeu o apoio da maioria dos parlamentaristas. Os principais críticos da emenda são os Senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e José Fogaca (PMDB-RS). Chiarelli concorda com as teses apresentadas por Egidio, já que defende o parlamentarismo puro, mas acha que não seria oportuno alterar o projeto agora. Fogaca discorda do conteúdo da emenda, argumentando que a purificação do parlamentarismo dificultará sua aprovação.

Richa e a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), líderes parlamentaristas e do "Grupo dos 32", consideram que a emenda aperfeiçoa o projeto, a partir de pequenas alterações, tornando mais viável o funcionamento do sistema. Egidio concorda com as observações, explicando que sua emenda estrutura melhor o texto, resguardando o fundamental. Ele unifica os Capítulos II e III do Título IV, que

tratam do Poder Executivo, dividindo-os em três seções: Da Presidência, Dos Órgãos Consultivos e Do Governo.

Mas o ponto fundamental da emenda, que poderá garantir o apoio maciço do grupo parlamentarista, são as 345 assinaturas. Egidio lembra que dificilmente sua emenda deixará de ter preferência, principalmente em relação às emendas presidencialistas. Com isso concorda o Líder do PCB, Roberto Freire (PE), que até a semana passada criticava a apresentação de nova emenda parlamentarista. Ele agora considera que a emenda Egidio será uma arma fundamental para os parlamentaristas em plenário. Freire também aprovou as alterações propostas, argumentando que elas aperfeiçoam o sistema.

Por solicitação do grupo parlamentarista, Egidio retirou apenas um ponto da sua emenda original: a moção de censura construtiva, com indicação de novo Primeiro-Ministro pela Câmara. Fogaca foi o principal crítico desta medida, argumentando que ela só funciona quando o sistema não conta com um Presidente eleito pelo voto direto, como ocorre na Alemanha. Mas Fogaca continua criticando a transferência dos poderes do Primeiro-Ministro para o Conselho, com a justificativa de que retira a agilidade administrativa do Governo.

Chiarelli teme a perda de votos a partir destas alterações, porque os presidencialistas estão rearticulados. Ele considera que a emenda Nelson Carneiro avançou o máximo possível no aperfeiçoamento do sistema, mas sem fugir à realidade.